

AS LUTAS DOS TRABALHADORES CONTRA A FÁBRICA GLOBAL¹.

Roberta Gomes Kolbe, Prof. Ms. Antônio Luis de Andrade, Ligia Raposo de Barros. – Geografia - Geografia - Departamento de Educação – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

O final século XX foi marcado por uma ofensiva do capitalismo monopolista, uma ofensiva globalizante, que almejou unificar os mercados mundiais, bem como homogeneizar produtos, serviços e culturas:

O aprofundamento das relações sociais capitalistas, embora com efeitos diferenciados, estende-se sobre o conjunto da vida social, econômica, política e cultural, submetendo um número cada vez maior de áreas à lógica do dinheiro e da circulação de mercadorias. Neste contexto, a “explosão das periferias” é acompanhada, *pari passu*, pela dissolução ou deterioração dos atuais valores e padrões de referência. As tradições, as festas, o lazer e outros elementos culturais estão, inegavelmente, impregnados ou revestidos por valores, símbolos e signos que, em sua origem, transcendem os limites do pedaço (MASCARENHAS, 2003, p. 138).

A Era da Globalização se caracteriza por um processo crescente de homogeneização dos mercados consumidores, dos serviços oferecidos por empresas e Estados e também por uma tentativa de massificação da cultura dos países dominantes, em particular a cultura norte-americana, a criação de uma nova divisão internacional do trabalho e uma conseqüente diminuição da soberania nacional dos países periféricos, principalmente. Porém, é necessário ressaltar que, apesar de haver uma demanda crescente pela homogeneização dos mercados consumidores, o capitalismo, de acordo com as suas necessidades e interesses, assim, também se utiliza da diversificação e diferenciação de produtos oferecidos conforme a cultura de cada povo ou grupo social. Dessa forma, o capitalismo, não somente cria novas necessidades, mas também busca controlar, destruir ou transformar à sua semelhança as formas e modos de produção naturais locais (as economias locais). O capitalismo em sua fase imperialista através dessa “diferenciação mercadológica”, oferece produtos que, aparentemente são apresentados apenas como condizentes com a tradição cultural vivenciada nesses países, nesses lugares, mas na verdade esse processo busca destruir a economia e as relações locais não capitalistas, substituindo-as gradativamente pelas relações sociais e de produção capitalistas. Buscando fixar, expandir suas formas de dominação e controle, econômicos, políticos, culturais e econômicos. A globalização é imposta em nosso cotidiano. Sofremos “ataques” freqüentes da mídia introjetando na consciência social quais os produtos que devem ser consumidos, qual o modo correto que os indivíduos devem vestir-se, as músicas que estão em voga, os lugares que devem ser freqüentados para fazer parte de um círculo socialmente bem aceito, etc. Também sofremos outros tipos de conseqüência desse processo de globalização: empresas nacionais estatais vão sendo gradativamente privatizadas; os serviços elementares oferecidos pelo Estado vão sendo cada vez mais sucateados até o momento em que se privatizam estes serviços, tais como saúde, educação e transportes. Serviços que antes eram oferecidos, na maioria dos casos, gratuitamente, passarão para as mãos de empresários ou grupos econômicos que buscam, sempre, obter a maior margem de possível de lucro.

Nesse processo de globalização, identificamos, mudanças fortes e profundas nas relações de produção e um conjunto de reformas adotadas e implementadas, nas fábricas, através de novos equipamentos, novas formas de gerenciamento e organização da produção, mas também nas leis e direitos que foram modificados pelos governos que adotaram os princípios dos ajustes estruturais econômicos e produtivos neoliberais. Tais mudanças político-econômicas resultaram num brutal processo de precarização trabalhista. Por esses motivos, focamos em nosso estudo as formas de luta e resistência próprias dos movimentos sociais, culturais, políticos e sindicais contrários a esse processo. Consideramos as mobilizações aqui tratadas, como orgânicas dos movimentos de massa (populares, sindicais e políticos da classe trabalhadora), que ao cabo de vários anos de aplicação dessa política neoliberal, que ao explodirem se constituíram nos principais agentes que, prática, fizeram contraponto

¹ Bolsa PAE

à globalização. Optamos por abranger os seguintes movimentos antiglobalização que ocorreram na Europa, no Brasil e nos Estados Unidos, no período que se estende desde o início da década de 1990 até os dias de hoje: a) Seattle, em 1999; b) Genova, em 2001 (que não será tratada nesse trabalho). Abordamos também a campanha do Jubileu Sul, na América Latina, em 2002 e as mobilizações ocorridas na França no início do ano de 2006, por considerarmos que estes dois movimentos, com fortes reflexos locais, tiveram e têm papel importante no sentido de retardar, ou até mesmo modificar, as ações decorrentes da política neoliberal.

Por tratar-se de uma questão contemporânea, além da pesquisa bibliográfica, optamos por realizar pesquisas na mídia impressa, como jornais e também páginas virtuais que abordam e discutem a temática referente à globalização, pautando o impacto e o papel que esses movimentos de massa, aqui selecionados, tiveram como formas de lutas e resistência, em nível global. Os movimentos de massa se inseriram e se constituíram em sujeitos ativos de luta nestes movimentos e como eles vêm influenciando nas formas de luta e reorganização da classe trabalhadora em nível local, regional e mundial. A criação do Fórum Social Mundial (FSM) em 2000, representou um momento significativo da organização dos movimentos, entidades sindicais, ONG's e ativistas políticos anti-globalização, que criaram um espaço de oposição ao G8 que se reúne anualmente em Davos (Suíça). Espaço de contestação às políticas neoliberais desenvolvidas pelos governos de diversos países pelo mundo afora e que tem por finalidade politizar e conscientizar a população a respeito da nova conjuntura política, econômica e social mundial. Apesar de o FSM ter adquirido um caráter consensual, a partir do ano de 2003, com a posse do Presidente Lula, surgiram tensões decorrentes da pressão por uma aproximação política com Davos, realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas que vem sofrendo críticas no interior dos comitês Nacional e Internacional do FSM. Argumenta-se que tem ocorrido uma política de conciliação entre classes, defendendo a idéia da transformação do capitalismo em capitalismo humanitário. Apesar dessa mudança de conteúdo, avalia-se que devemos ainda ver com bons olhos o FSM, pois, ainda assim, constitui-se num espaço que se caracteriza pela contraposição à globalização imposta pelo grande capital.

O primeiro grande movimento antiglobalização ocorreu em Seattle (Washington - EUA) no ano de 1999. No dia trinta de novembro, mais de cinquenta mil pessoas tomaram as ruas da cidade de Seattle, protestando contra a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC), que aconteceria nesta mesma cidade. Um protesto contra o neoliberalismo e a globalização. A manifestação foi convocada juntamente com o movimento Ação Global dos Povos, o movimento britânico *Reclaim the Streets!*, mais centenas de grupos, incluindo organizações ecologistas, ativistas e ONG's, a partir de então se difunde o chamado para ocupar as ruas de Seattle. Houve, também, um grande trabalho de conscientização sobre o caráter da OMC, tendo como lema: "*Think global, act local*" (Pensar global, agir local). O movimento organizou-se por grupos de afinidade, que tinham autonomia para decidir de que maneira atuariam nas manifestações, uma coordenação descentralizada e resistência civil pacífica. Na manhã do dia trinta os manifestantes circundaram o local onde seria realizada a reunião da OMC, conseguindo atrasar o início da reunião. Ao final da tarde uma marcha sindical juntou-se aos manifestantes, quase duplicando o contingente da manifestação, obtendo como resultado o cancelamento da reunião. A idéia principal do movimento era de construir uma mobilização global que revertesse o controle financeiro e industrial. Este movimento teve importância fundamental e estratégica, pois foi o estopim de uma onda de grandes mobilizações ocorridas em todo o mundo, foi o movimento mais forte e de maior expressão ocorrido até então. Seattle inaugurou uma nova era de movimentos antiglobalização, unificando diversas lutas e diversos povos de todo o mundo em torno de uma causa comum.

Outro grande movimento antiglobalização ocorreu em 2002, nos países da América Latina, incluindo o Brasil, a campanha do Jubileu Sul, um plebiscito nacional. Esta campanha tinha por objetivos expor as opiniões sobre temas relativos à soberania nacional, como a adesão à ALCA e colocar em discussão a possibilidade de realizar-se um referendo da população brasileira. O Plebiscito Nacional sobre a ALCA foi realizado em todos os estados do país, na Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, contando com a participação de mais de cento e cinquenta mil voluntários de diversas organizações populares do campo e da cidade. Realizaram-se amplos debates sobre a questão e no último dia de votação celebrou-se o Grito dos Excluídos com massivas manifestações sob a bandeira "Soberania não se negocia". O plebiscito continha três perguntas e foi respondido por 1.149.542 pessoas. Apresentaremos a seguir as questões e os resultados obtidos:

Questão 1) O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

SIM: 113.643 (1,12%)

NÃO: 9.979.964 (98,33%)

BRANCOS: 32.291 (0,32%)

NULOS: 23.738 (0,23%)

Questão 2) O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?

SIM: 341.593 (3,37%)

NÃO: 9.737.190 (95,94%)

BRANCOS: 47.470 (0,47%)

NULOS: 23.289 (0,23%)

Questão 3) O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

SIM: 66.219 (0,65%)

NÃO: 10.006.740 (98,59%)

BRANCOS: 1.100 (0,01%)

NULOS: 21.547 (0,21%)

Os resultados apresentam uma rejeição, por parte da população, rejeição à continuidade das negociações da ALCA e à entrega da Base de Alcântara para os Estados Unidos e expressaram, também, o anseio da população por um referendo nacional e a soberania da nação. No vácuo desse processo podemos destacar ainda, em meio a tantas outras mobilizações ocorridas como resposta negativa às consequências da globalização, no Brasil, os movimentos e protestos contra as Reformas da Previdência, Trabalhista, Sindical, Universitária, protestos exigindo Reforma Agrária, entre outros.

No início do ano de 2006, na França, ocorreram uma série de manifestações e greves. Manifestações, estas, que mostraram o descontentamento de parte da população, em particular dos sindicalistas e dos estudantes, com relação à política neoliberal, implementada através de reformas trabalhistas, pelo presidente Jacques Chirac e pelo primeiro-ministro Dominique de Villepin. A proposta inicial era de implantar o Contrato do Primeiro Emprego, de forma que o empresário contratante tivesse liberdade para demitir jovens, de até vinte e seis anos de idade, em qualquer momento dentro de um período de dois anos de experiência sem justificativas. A argumentação do governo para justificar tal medida é que teria um reflexo direto na criação de novas oportunidades de empregos para milhares de jovens, sendo a França um dos países com a mais alta taxa de desemprego entre os jovens de toda a Europa. Após uma onda de protestos, confrontos com a polícia, greves gerais e ameaças de novas greves, Chirac se viu obrigado a recuar e propôs uma pequena mudança no projeto do Contrato do Primeiro Emprego, desta vez os contratantes só poderiam realizar demissões dentro do período de um ano e deveriam justificá-las. Os dirigentes dos protestos não consideraram satisfatórias tais mudanças e afirmaram que promoveriam nova greve geral, greve que contou com a participação de mais de um milhão de pessoas, paralisou grande parte da rede de transportes (trens, aviões e ônibus). Depois de mais alguns dias de confrontos, Chirac afirmou ser favorável à aprovação da nova lei, que depois de aprovada pelo Conselho Constitucional da França, que rejeitou a argumentação de que ela discrimina a população jovem, tem que voltar para que o presidente, em um prazo de quinze dias, possa sancioná-la. Mesmo com a declaração de intenção de Chirac, de objetivar sancionar a lei, os sindicalistas e estudantes ainda se mobilizaram para que a mesma fosse revogada, enfrentando, porém muita resistência do primeiro-ministro Villepin e uma batalha burocrática na espera de que o Conselho Constitucional da França não aprovasse a nova lei. Perante a iminente aprovação da lei, novos protestos e greves gerais foram articulados, fazendo com que o presidente e o primeiro-ministro recuassem das suas decisões e aborassem o projeto da nova lei trabalhista.

A partir dos dados coletados percebemos que os movimentos antiglobalização cresceram, se fortaleceram e se multiplicaram ao longo desses últimos anos. Devemos considerar que esse movimento crescente é uma resposta à também crescente ofensiva do capitalismo globalizador, que tem por objetivo igualar os mercados consumidores. Com a criação de uma nova divisão internacional do trabalho, os capitalistas apoderam-se da consciência e da mais-valia dos trabalhadores de todo o mundo. Os países são divididos segundo ordem estabelecida pelos donos do poder, órgãos de fomento – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Convênio Geral de Tarifas e Comércio (GATT); pelos países mais ricos/poderosos. A divisão respeita critérios mercadológicos, um país torna-se alvo de especulações e, posteriormente, sofre a

interferência de políticas neoliberais que visam enfraquecer e subordinar cada vez mais o Estado-Nação às articulações do capital. ‘São nítidos os indícios de que os aparelhos estatais nacionais são também agências da economia política mundial. Frequentemente dobram-se às exigências das relações, processos e estruturas que articulam a sociedade global’ (IANNI, 1997, p.90). Os trabalhadores são inseridos em um modo de produção globalmente fragmentado, sendo que os diversos países periféricos assumem diferentes papéis na construção da sociedade global, tornando o mundo uma fábrica global. Esta fábrica global é gerenciada pela divisão internacional do trabalho, que submete os diferentes povos a diferentes obrigações produtivas, produzindo bens para que a minoria rica seja favorecida em todos os aspectos, sejam eles financeiros, sociais ou políticos. “... dissolve, recobre ou recria formas de vida e trabalho, de ser e pensar, em âmbito local, regional, nacional e internacional” (IANNI, 1997, p.47-48).

Sobre os movimentos estudados podemos concluir que: a mobilização ocorrida em Seattle é considerada um marco na história dos movimentos antiglobalização por ter sido a primeira grande mobilização contra a globalização. Representou um salto qualitativo na consciência da classe trabalhadora. As campanhas realizadas pelo Jubileu Sul também tiveram sua importância registrada, por tratar-se de um movimento amplo, de proporções continentais. Além do fato de que mostrou, como foi o caso do Plebiscito sobre a ALCA, que a população está a par das discussões e consequências que este tratado teria para o país. Não podemos subestimar a força de uma campanha que obteve mais de dez milhões de assinaturas, sendo que a maioria decidiu por não dar continuidade às negociações que implantariam a ALCA no Brasil. As mobilizações ocorridas na França não tiveram características de um movimento antiglobalização, porém têm ligação direta com o modelo globalizador do capital. Foram lutas pontuais que reivindicavam a manutenção da legislação trabalhista em vigor. Porém, não podemos dissociar as tentativas, frustradas, do presidente e primeiro-ministro de por em vigor uma nova legislação trabalhista que suprimiria direitos em prol do capital. Tal reforma nada mais é do que um plano do capitalismo para enfraquecer a classe trabalhadora para que possa obter mais lucros e mais poder. É nesse sentido que incluímos aqui as mobilizações francesas, para deixar claro que há uma estreita relação entre o processo de retirada de direitos e a ofensiva do capitalismo em transformar o mundo numa imensa fábrica global, transformando os países periféricos em meros produtores de bens e serviços e não somente os países periféricos como os trabalhadores, sejam eles de países subjugados ou não.

Os movimentos antiglobalização se propõem, justamente, criar condições para que os trabalhadores de todo o mundo tornem-se independentes deste modelo de produção. Sabemos que estes movimentos não conseguiram frear a ofensiva globalizante, mas tiveram papel fundamental na denúncia dos ataques direcionados à classe trabalhadora em geral.

Referências bibliográficas

IANNI, O. **A era do globalismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IANNI, O. **A sociedade global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, 2003, p. 121-143.

SANTOS, A. O. **Trabalho e globalização**: a era do sindicalismo propositivo. São Paulo: Práxis, 2001.

Disponível em: <www.andes.org.br>, acesso em 20/setembro/2006

Disponível em: <www.cmi.org.br>, acesso em 06/setembro/2006

Disponível em: <www.conlutas.org.br>, acesso em 11/setembro/2006

Disponível em: <www.pstu.org.br>, acesso em 06/setembro/2006